



**REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE IMANÊNCIA EM SEMIÓTICA**  
Por uma epistemologia discursiva

**REFLECTIONS ABOUT THE CONCEPT OF IMMANENCE IN SEMIOTICS**  
Aiming at a discursive epistemology

Waldir Bevidas  
USP – Universidade de São Paulo

**Resumo:** O conceito de imanência ocupa lugar privilegiado na teoria semiótica de linhagem européia. Lançado mais incisivamente por L. Hjelmslev, o lingüista de Copenhague propôs como *imane*nte uma « lingüística-lingüística », que elaborasse internamente seus conceitos, evitando aplicar-lhe razões e argumentos exteriores (da sociologia, fisiologia, psicologia, filosofia), atitude que considerava *transcendente*. A partir desse primeiro impulso, o conceito ganhou sobremaneira em extensão, sobretudo com Greimas, no nascimento e evolução da teoria semiótica. Este artigo percorre e examina mais de perto essa extensão, seus convenientes e inconvenientes, abrangências e limitações, com o fim de explorar uma outra via que ficou deficitária desde Hjelmslev, ou seja, a hipótese de uma imanência ‘superior’ a governar as duas atitudes acima, o que pode levar a uma discussão crítica com a filosofia transcendental: a razão (transcendental) rege a linguagem ou é a linguagem (imanente) que governa a razão, isto é, toda a forma possível de racionalidade humana ?

**Palavras-chave:** lingüística; semiótica; imanência; transcendência.

**Abstract:** The concept of immanence has a privileged place in the European Semiotics. L. Hjelmslev worked with this concept more incisively, and proposed immanence to be a <linguistics-linguistic> that internally understands its concepts, and avoids applying external reasons and arguments (from sociology, physiology, psychology, philosophy) - attitude that he considered transcendent. With this first impulse, this concept became more extensive, especially with Greimas and the birth and evolution of Semiotics. In this paper, we closely examine this extension - its conveniences and inconveniences, advantages and limitations - , so we can explore another facet that has been in deficit since Hjelmslev: the hypothesis of a "superior" immanence that governs the two previously discussed attitudes. Further, we critically confront this hypothesis with a transcendental philosophy: does the reasoning (transcendental) govern the language, or does the language (immanent) govern the reasoning, that is, every possible form of human reasoning?

**Keywords:** Linguistics; Semiotics; Immanence; Transcendence.

É a língua que fala em nós, não somos nós que falamos a língua. Há uma espécie de interioridade coletiva do espírito humano que precede o sujeito falante.

(GREIMAS, 1974, p. 23)

## Introdução

O conceito de imanência tem a sina de sempre aparecer como pomo de discórdia entre a teoria semiótica e outras teorias textuais, teorias do discurso, sociolinguísticas que a acusam basicamente de ser cega aos dados chamados “exteriores” ao texto, ao discurso. Mesmo com o entendimento mais ampliado do texto, englobando o contexto, o intertexto, a interdiscursividade, é sempre difícil defender o estatuto de imanência quando estamos diante dos dados brutos do mundo, dos fatos históricos anteriores ao texto examinado, das vicissitudes biográficas do sujeito autor ou enunciador do texto, vicissitudes de seu corpo perceptivo, e dados congêneres. Surge então a questão de que atitude teórica tomar diante desse conceito. Ele já estaria obsoleto, não respondendo mais inteiramente aos dados sob análise? Teria já cumprido seu papel “metodológico” de disciplinar o imaginário do descritor para que sua análise não navegasse à deriva, perdidos os lastros estruturais que o discurso sob exame lhe fornece?

As reflexões que seguem não pretendem responder a essas questões. Ao contrário, empenham-se em ressaltar o valor heurístico do conceito de imanência, examinando-o de um ângulo que me parece ainda não ter sido explorado na devida conta pela teoria semiótica até hoje, bem entendido, até onde me foi dado tê-la acompanhado no seu andamento teórico-histórico. A hipótese de leitura, aqui desenhada apenas em esboço precário e inicial – a exigir continuidade de investigação – quer acoplar ao valor *metodológico* do conceito de imanência, trazido ao ambiente da linguística mais incisivamente por L. Hjelmslev, desde seus *Prolegômenos* (1966 – o original é de 1943), um outro valor, a meu ver, de estatuto superior. O próprio linguista de Copenhague apresentou uma pista, que logo vamos examinar, a qual parece indicar que o conceito de imanência pode galgar um estatuto *epistemológico*. Ele é capaz de inaugurar o que aqui chamo de *epistemologia discursiva*, a qual pode ser anunciada sinteticamente da maneira que segue. Se entendermos que as estruturas estão nas coisas do mundo, a epistemologia mais preparada para descrevê-las é a *epistemologia científica*, dos dados ontológicos do real. Se, ao contrário entendermos que as estruturas são obra do espírito humano, da força conceitual da *razão* humana, individual ou coletiva, então a epistemologia mais adequada a dar conta disso seria uma *filosofia transcendental* ao modo kantiano<sup>1</sup>. Trata-se, pois, da velha oposição e querela perene entre *realismo* e *idealismo*. Mas talvez valha o risco de entender que as estruturas do real e as estruturas do espírito humano sejam ambas gerenciadas pela *linguagem*, por uma *racionalidade discursiva*, com suas quotas de lógica de pré-lógica, para-lógica ou mesmo i-

---

<sup>1</sup> É sempre um risco para o linguista ou semioticista penetrar na seara filosófica, fortemente semeada e cultivada por séculos de pesquisas altamente detalhistas de pensadores filósofos. Sob tal risco, para a reflexão deste artigo, limito-me como referência à própria definição de Kant sobre o transcendental dada na abertura de seu texto-mor *Crítica da Razão Pura*: “Chamamos *puro* todo o conhecimento ao qual nada de fora (*d’étranger*) está misturado (...) quando ele é, por conseguinte, possível completamente *a priori*. Ora, a RAZÃO é o poder que nos fornece os princípios do conhecimento *a priori* (...). Chamo *transcendental* todo conhecimento que, em geral, se ocupa menos dos objetos do que de nossos conceitos *a priori* dos objetos. Um sistema de conceitos desse tipo se chamaria *filosofia transcendental*” (1993: 46 - - caixa alta nossa). Destaco portanto a razão como regente maior de todo conhecimento, o mais puro e *a priori* que seja.

lógica, simplesmente um conjunto de *razões discursivas*. Essas razões ou estruturas de racionalidade discursiva são simplesmente *imanentes*. No cenário epistemológico das discussões críticas entre idealismo e realismo, talvez a introdução de um *semiotismo imanente* possa contribuir para fazermos valer a força que o discurso, ou a linguagem de modo amplo, desempenha na apreensão e costura do mundo real e da realidade humana.

É fato que o conceito de imanência ocupa lugar privilegiado na teoria semiótica de linhagem greimasiana. Lançado mais incisivamente por Hjelmslev, o grande lingüista dinamarquês propôs como *imanente* uma « lingüística-lingüística », que elaborasse internamente seus conceitos, evitando aplicar-lhe razões e argumentos vindos do exterior, das outras disciplinas (sociologia, fisiologia, psicologia, filosofia), atitude que considerava *transcendente*. A partir desse primeiro impulso, o conceito ganhou sobremaneira em extensão, sobretudo com Greimas: (a) imanente é a macro-semiótica do universo frente ao mundo real e bruto das *ontologias*; (b) imanentes são as estruturas do discurso – no percurso gerativo – em oposição à *manifestação* (textual); (c) imanência se contrapõe à *aparência*, nos esquemas do quadrado semiótico da veridicção; (d) a imanência (do sujeito) opõe-se à *transcendência* (do destinador) no interior do percurso narrativo. Cumpre, então, percorrer e examinar mais de perto essa extensão, seus convenientes e inconvenientes. Cumpre também explorar uma outra via que ficou deficitária desde Hjelmslev. No término de seus *Prolegômenos* (1971a), o lingüista propunha que, no final da estrada, após o ‘preço’ pago pela atitude imanente, para elaborar uma teoria estrita e estruturalmente lingüística, a imanência se juntaria com a transcendência (ponto de contato com as disciplinas “externas”) para atingir o objetivo final de uma teoria da linguagem: *humanitas et veritas*. Nessa nova etapa de reunião ou junção, imanência e transcendência, ambas estariam *governadas pela imanência*.

É difícil imaginar o que teria Hjelmslev em mente ao dar à imanência o governo maior das duas atitudes, imanência e transcendência. Mas logo podemos inferir que estamos aqui diante de um novo estatuto de imanência, que não pode ser confundido com o(s) anterior(es), uma Imanência (maiúscula), se assim posso dizer. É no encaixe de alguma heurística que possa estar embutida e ainda escondida nessa imanência « superior », que o presente artigo move sua reflexão. Pois certamente isso nos obrigará a dar atenção para a discussão e interação teórica que a semiótica terá de ter, por exemplo, com a filosofia « transcendental » de linhagem kantiana, mormente a partir das posições de K. O. Apel (1987), em sua proposta de uma « semiótica transcendental », também denominada « pragmática transcendental » como regente da reflexão geral sobre a linguagem. A razão (transcendental) rege a linguagem ou é a linguagem (imanente) que governa a razão, isto é, toda a forma possível de racionalidade humana ?

Neste artigo proponho efetuar a reflexão em dois movimentos: (a) examinar sucintamente o modo como o conceito de imanência se erigiu e instalou no interior do campo lingüístico, primeiramente (Hjelmslev), e semiótico, em seguida (Greimas e discípulos). A hipótese de partida da pesquisa se funda em alguns indícios, permitindo entender que o alcance e a economia de tal conceito ainda não foram de todo aquilatados e explorados pela teoria semiótica. A força conceitual da imanência parece abranger questões que ficaram deficitárias no andamento que a teoria semiótica teve até aqui. De modo que o objetivo dessa primeira tarefa é rever, recolher, resgatar determinadas linhas de força para, num segundo movimento, explorar potencialidades que permaneceram um tanto ocultas, dentre as que remaneceram espalhadas e parcialmente difusas nos vários textos, quanto ao conceito em foco. Segundo a hipótese que anunciamos acima, a potencialidade do conceito de imanência é capaz de delinear as condições e o estatuto de uma *epistemologia discursiva*, a ser esboçada adiante em suas linhas e definições iniciais.

## Posição do problema

### • A imanência da teoria semiótica

Desde Hjelmslev, e sua rigorosa leitura de Saussure, concebemos e defendemos a teoria semiótica como *imane*nte. O conceito implica um conjunto de atitudes teóricas e uma disciplina metodológica. Nas reflexões inaugurais do seu pensamento, nos *Prolegômenos* (1971a) e textos contemporâneos dos *Ensaaios lingüísticos* (1971b), nos anos 40 do século vencido, o lingüista do Círculo de Copenhague propunha evitar que a lingüística mantivesse seu campo estudado a partir de pontos de vista ‘exteriores’ à própria língua, tal como vinha ocorrendo até então. Num texto da maior elegância teórica, quanto à definição de uma “lingüística estrutural” (1971b, p. 28-33), defendia a abordagem da linguagem não “de fora”, mas “de dentro”: a uma lingüística biológica, psicológica, sociológica, dizia o lingüista, cabia a tentativa de uma “lingüística lingüística, ou lingüística *imane*nte” (p. 30). Usa do mesmo argumento, chamando-as de atitude “transcendental”, para caracterizar as investigações da linguagem pelo exterior. Em quase todas as referências dos *Prolegômenos* toma o termo transcendental em sentido genérico – “no sentido próprio, etimológico do termo” (p. 10-11): “evitando a atitude transcendental que prevaleceu até aqui, a teoria da linguagem busca um conhecimento imanente da língua como estrutura específica que se funda apenas em si própria” (p. 31). E concebia a imanência como espécie de preço a pagar para “arrancar da linguagem seu segredo” (p.160). Aqui, portanto, imanência se opõe a transcendência, ou ‘exterioridade’, como disciplina de método. Se pudesse resumir numa palavra o « núcleo duro » dessa atitude de Hjelmslev, diria que, numa primeira vertente de entendimento, o conceito de imanência se deixou ver como imanência *metodológica*: ao lingüista não caberia construir uma teoria da linguagem por meio de critérios e conceitos definitórios outros que não fossem derivados do interior da própria lingüística. A lingüística deveria assumir-se e construir-se como *metodologia imane*nte.

Poderíamos entender que, com esse primeiro gesto imanente do lingüista, ele na verdade propiciou a seus seguidores não apenas o espaço de uma lingüística que se construísse ‘de dentro’, mas também os subsídios primeiros da criação de uma *semiótica imane*nte, que não atraísse para o palco dos conceitos e da descrição (das demais semióticas não verbais), metodologias oriundas de teorias hermenêuticas, sociológicas, literárias, semiologias (do cinema, do teatro, da pintura...), ou filosofias diversas. Dispensemos os comentários sobre valor e heurística dessa posição, sobre o quanto ela permitiu que a semiótica se compusesse com pertinências específicas e inusitadas, perante essas outras teorias, para a descrição de seus objetos. Ao invés disso, voltemos a atenção para um dado até certo ponto ‘paradoxal’: a Lógica ficou de certo modo privilegiada, porque acabou sendo poupada do concerto das exclusões hjelmslevianas.

Certamente por querer alinhar-se a uma *epistemologia científica* – antes de alguma *filosofia (transcendental)* da linguagem, tal como parece ter entendido sobre as pretensões de Brøndal – é nítida a referência e reverência a Carnap, Tarski e demais lógicos neo-positivistas. Notemos, quanto a isso, que um dos conceitos-chave da análise dinamarquesa, o de « função » (analisar significa registrar funções, dizia Hjelmslev), foi buscar-lhe no caráter “lógico-matemático” uma baliza rigorosa para completar a acepção etimológica mais corriqueira do termo, de preencher um papel particular, ocupar um lugar preciso (1971a, p. 49-50). Foi com o conceito de função que Hjelmslev redefiniu a “união íntima”, saussuriana, entre significante e significado: “função semiótica”, a meu ver, é a estaca de fundação de todas as demais funções e conceitos semióticos que erigiram a teoria

aqui em foco. Pudéssemos não ser acusados de irreverência, caberia perguntar se essa concessão à Lógica não teria ‘traído’, já na origem, o forte anseio de estrita imanência.

Matizemos a acusação e defendamos o lingüista. Essa primeira ‘traição’ ao imanente – o recurso a um conceito lógico-matemático – fica sendo, por assim dizer, um pecado venial por duas razões: (a) o próprio Hjelmslev declarara, em texto de mesma época “Le langage” (1966), seu ceticismo frente “a tentativas que floresceram, sobretudo no passado, em estabelecer uma ciência do conteúdo lingüístico sobre a base da lógica conceptual” e mostrara lucidez impressionante ao ver nisso um « círculo vicioso »: “a lógica conceptual foi fundada sobre a linguagem (particularmente a lógica de Aristóteles que não teria jamais tido a forma que tem se não tivesse sido pensada em grego); a lógica conceptual é sempre uma língua travestida (*déguisée*), e o fato de que seja arbitrariamente transformada ou refinada (*subtilisée*) não parece melhorar a situação” (p. 158)<sup>2</sup>; (b) a venialidade do pecado contra a imanência se revela em que esta, ao que parece, não deveria ser imposta como um ‘purismo’ de partida, mas como uma ‘depuração’ de chegada: se a própria lógica é então como diz Hjelmslev uma língua disfarçada ou depurada, travestida ou refinada, ela não é menos língua, portanto suscetível também de aportar elementos definicionais para a constituição da metodologia imanente.

Mas vale a pena forçar um pouco as cartas porque também no caso greimasiano parece ter-se repetido o gesto ‘traidor’ da imanência. Basta olhar para a construção de seu *quadrado semiótico*, base solidificada de tudo o que vai compor-se como nível profundo e primeiro do « percurso gerativo », o grande cenário teórico de re-construção da significação. Vemo-lo fundado liminar e diretamente nas categorias da lógica aristotélica, recuperadas por R. Blanché. Por toda a restrição que Greimas sempre fez questão de destacar frente à lógica estrita – lembremos seu empenho em distinguir francamente as suas modalidades deônticas daquelas dos lógicos (1983) – a expressão “lógico-semântico” sempre foi farta em seus escritos, expressão quase nunca encontrada na forma inversa (semântico-lógica). Tudo indica que a tradição de rigor científico, a que tanto o lingüista da Dinamarca quanto o semiótico da Lituânia se filiavam, exigia uma fundação também rigorosa, e o primeiro socorro para isso era mesmo o da Lógica. Ambos os teóricos sempre deixaram transparecer suas fortes reservas quanto a alguma solução “filosófica” – a concorrente mais direta no caso – ou outra qualquer, para a conceitualização de suas teorias.

Essa segunda ‘traição’ para com a imanência metodológica vai custar alto preço à teoria semiótica. Há bom tempo ela vem pagando o custo do que poderíamos resumir como o “excesso categorial” de seus modelos de origem, a demasiada polarização que a razão lógica (dos contrários, dos contraditórios) imputou aos seus semas, impedindo entrada mais facilitada ou natural ao gradual, aos entremeios, ao contínuo. Por sua vez, a “conversão” desse modelo lógico-semântico (o quadrado) para sua sintagmatização ‘antropomorfa’ (a narrativa) exigiu discussão ampla e acalorada e uma boa « resolução » para tal conversão, se é que podemos usar o termo, não parece ainda ter sido encontrada. E veio J. Petitot (1985), com a forte e pesada armadura thomiana, para tentar resolver o lógico com o “topológico”, o categorial e polar com as passagens catastrofistas. Sem querer minimizar o valor intrínseco da tentativa, a pergunta que nos cabe é outra: do ponto de vista da imanência indicada, o topológico em lugar do lógico não representaria a mesma “transcendência” que Hjelmslev

---

<sup>2</sup> A lucidez de Hjelmslev antecipa em uma quinzena de anos a Benveniste o qual vem demonstrar isso ponto a ponto, ou antes, categoria a categoria em seu magistral texto “Categorias de pensamento e categorias de língua” (1966, p. 63-74)

queria evitar desde o início? Tivessem vingado as soluções catastrofistas, como direção geral das descrições semióticas, não estaríamos diante de uma terceira ‘traição’?<sup>3</sup>

Acrescente-se ainda que, mais atualmente, assistimos a outras tentativas de recuperar o terreno perdido, ou avançar para novos terrenos, do contínuo, do gradual. Procura-se explorar a semiose para além dos objetos semióticos mais tradicionais, qual seja, na interação, nas situações cotidianas, na chamada “semiose em ato”. São tentativas de colocar o corpo, e não mais o texto, como cenário principal dela, tentativas que relativizam, se não minimizam ou mesmo descartam, o quadrado semiótico como sua alavanca conceitual. O que podemos notar aqui é que outros novos recursos são convocados como, por exemplo, categorias da psicologia (intero-, extero-, proprioceptividade) ou então da filosofia fenomenológica (M. Ponty), categorias psicanalíticas (D. Anzieu) ou psico-sociológicas (E. Strauss). A meu ver, essas soluções, faríamos bem examiná-las com a lanterna da imanência à mão, para discutirmos se preservam as virtudes do conceito (ou até mesmo se é o caso de preservá-las)<sup>4</sup>.

### • Imanência versus Manifestação

Uma segunda vertente delineada para o conceito de imanência vem dos primeiros escritos greimasianos a prepararem a consolidação da sua teoria semiótica, confessada continuamente pelo autor como proveniente em linha direta das reflexões de Hjelmslev. Há que retomar a oposição *imanência vs manifestação* (ou aparência) que na verdade constitui a mais antiga dicotomia no pensamento de Greimas. Desde o momento em que esse autor escrevera seu *Sémantique structurale* (1966), iniciou-se a oposição que lhe parecia “cômoda”, justamente porque se tinha “tornado clássica, entre a língua concebida como *sistema imanente* e a língua apreendida como *processo manifestado*” (p. 103). Não fica muito clara essa utilização, que ele admite ser exigida pelos dois modos de existência dos semas: existência por disjunção (numa categoria opositiva) e por junção a outros semas, no interior de agrupamentos sêmicos.

O que importa é a sorte futura da dicotomia. Pouco tempo depois, nos passos subseqüentes à reflexão sobre a narratividade, Greimas propôs chamar de *nível imanente* o lugar de existência de um “tronco estrutural comum”, subjacente ao *nível aparente* por meio do qual as narrativas eram manifestadas nas suas profusas linguagens de manifestação (mormente lingüísticas): “um nível semiótico comum é pois distinto do nível lingüístico e lhe é logicamente anterior, seja qual for a linguagem escolhida para a manifestação”. Mas esse nível não se *manifesta* independentemente: ele precisa utilizar-se das unidades lingüísticas, nesse caso, de dimensões mais vastas do que o dos enunciados. E toma de empréstimo a expressão “grande sintagmática” de Ch. Metz (sobre o cinema) para fazer entender isso.

Enfim, às estruturas narrativas (semióticas) correspondem as “estruturas lingüísticas *du récit*” no *nível de manifestação*, devendo, pois a análise narrativa ser praticamente equivalente à análise do discurso (1970, p. 158).

---

<sup>3</sup> É escusado dizer que a expressão ‘traição’ não é tomada, em nenhuma passagem dos comentários acima, com qualquer sentido pejorativo de acusação, mas como argumento a incitar a reflexão.

<sup>4</sup> É bastante sintomático o recente texto de Fontanille no último número da revista *Nouveaux actes sémiotiques*: “Pratiques sémiotiques: immanence et pertinence, efficience et optimisation” (2006). Texto introdutório e catalisador das pesquisas mais atuais, o autor abre-o dizendo que o *slogan* famoso de Greimas – « hors du texte point de salut » pelo qual a semiótica até recentemente empunhara a bandeira da imanência – estaria ultrapassado, tendo em vista os novos objetos semióticos em exame.

Ora, aqui também a dicotomia precisa ser revisitada e mais bem esclarecida. Sobretudo porque parece identificar o semiótico ao imanente e o lingüístico (dentre outros códigos ou linguagens) à manifestação, ou ao aparente. A permanecer esse entendimento, teríamos de estar às voltas com a seguinte indagação: as *formas* lingüísticas, como gramática de linearização e textualização das estruturas semióticas, anteriores logicamente – assim como as demais *formas códicas*, se generalizarmos a outras linguagens – serão elas consideradas como nível *aparente*, instaladas *na manifestação*? Entender o lingüístico como nível de manifestação (aparente) do semiótico (imanente) não seria liquidar a *lingüística imanente* de Hjelmslev? Em termos mais gerais: é teoricamente legítimo entender uma *forma* em nível de manifestação? Sem querer responder a isso aqui, o certo é que em muitos textos de semiótica o nível imanente fica praticamente identificado às instâncias do percurso gerativo da semiótica, ou ao semiótico propriamente dito, enquanto que o nível de manifestação ou nível aparente fica povoado com as demais linguagens, chamadas de manifestação. Ora, a meu ver, uma posição teórica mais consistente teria de entender como manifestação apenas a instância de presentificação da forma *na substância*, no ato da semiose. De modo que todo estudo, mesmo da forma lingüística, e demais formas códicas, também teria de prever sua instância imanente, quando observadas e analisadas anteriormente à junção (função semiótica) com a substância manifestante. Como se pode constatar, também nessa vertente do conceito de imanência há um bom canteiro de reflexões a alimentar a pesquisa.

#### ● Hjelmslev e a teoria da imanência

Por sua vez, Greimas & Courtés (1979, p. 181), no primeiro parágrafo do verbete “imanência”, assumem inteiramente o “princípio de imanência” hjelmsleviano, observando que, sendo o objeto lingüístico a *forma* (e não a substância) “todo recurso aos fatos extralingüísticos deve ser excluído, porque prejudicial à homogeneidade da descrição”.

Noutros termos, não pode ser nenhuma substância sonora ou gráfica a determinar a natureza do significante saussuriano, assim como nenhuma substância sociológica ou psicológica a determinar a forma do significado. Ora, nos teores acima explanados, não podemos deixar passar que, entre a reflexão de Hjelmslev – uma lingüística imanente que não se deixe levar por “pontos de vista” biológicos, sociológicos, etc. – e a formulação de Greimas & Courtés – exclusão dos *fatos* extra-lingüísticos – mesmo que possamos vê-los como compatíveis, não há sinonímia perfeita ou equiparação direta e confortável.

Podemos notar logo que os autores do *Dictionnaire* introduzem com o conceito de imanência uma restrição do *campo* de análise, dos *fatos* a analisar ou, enfim, do *objeto* em exame: no campo de sua descrição estariam excluídos os fatos que não fossem lingüísticos (semióticos). Teríamos então uma terceira região ou vertente para a qual o conceito de imanência é convocado: embora também aqui estejamos subordinados a uma questão de método, a incidência maior da reflexão parece privilegiar, antes, como questão, o desafio de constituir um *objeto (semiótico) imanente*. A uma metodologia imanente, da primeira vertente mais diretamente hjelmsleviana, se acoplaria portanto um objeto semiótico também imanente, desta terceira vertente.

#### ● O sujeito imanente ao texto

Quer-nos parecer que foi nesse último posicionamento que se inaugurou a

atitude mais incisiva de Greimas quanto aos limites de pertinência da análise imanente, atitude a culminar na proposição que se tornou o *slogan* da teoria: “fora do texto, nenhuma salvação”. Com efeito, na conferência que deu em 1973, sobre “A enunciação: uma postura epistemológica”, publicada unicamente na nossa revista brasileira, *Significação* (1974, p. 9-25), Greimas alertava que a pesquisa semiótica devia assumir com a máxima lucidez possível a atitude saussuriana de considerar o referente, isto é, tudo aquilo sobre o que se vai descrever, em lingüística, como referente interno ao texto. E estava reportando-se justamente ao ponto de maior dificuldade disso: como entender o *sujeito da enunciação*, isto é, o sujeito produtor do discurso, como referente interno, *imanente ao texto*, como instância discursiva?

Como descrevê-lo assim, justo ele, que carrega previamente uma biografia, uma psicologia, um corpo biológico, uma condição sócio-histórica, enfim uma imensa quantidade de cargas, ao que tudo indicaria, liminar e definitivamente *heterogêneas* ao texto, extratextuais?

A postura estrutural e imanente que Greimas oferece, nas reflexões finais da conferência, vem sem titubeio: enquanto o sujeito fica considerado e descrito “como sujeito lógico pressuposto [no texto] a coisa anda, mas quando se passa para o sujeito psicológico, o sujeito ontológico, o sujeito transcendental, então abrem-se as torneiras de algo que vos ultrapassará” [chaves minhas]. Como se vê, trata-se da atitude de situar toda a tarefa de apreensão e descrição do sujeito e de sua enunciação no interior do texto – o que, por consequência legítima, a semiótica estendeu para o contexto, o intertexto, enfim, o conjunto de textos que reverberam naquele escolhido, portanto, sem extrapolar em nada para fora do texto. Não se poderia considerar nenhuma ontologia extratextual para a descrição do sujeito, bem como de qualquer outro objeto sob investigação. Greimas fecha a conferência com frase de grande peso teórico, tornada famosa: “fora do texto, nenhuma salvação. Todo o texto, nada a não ser o texto e nada fora do texto”.

A reflexão sobre sujeito semiótico (pressuposto no interior do texto) *versus* sujeito psicológico, sujeito ontológico, fica corroborada e ganha posteriormente maior generalização no parágrafo 2 do verbete « imanência » (1979, p. 181). Conquanto os autores introduzam o parágrafo com a dicotomia *imanência/manifestação* não parece que essa oposição seja aí a questão central<sup>5</sup>. Ao contrário, a questão mais pesada a identificar no episódio é que a afirmação da imanência das estruturas semióticas levanta, segundo os autores do Dicionário, um “problema de ordem ontológica”, relativo aos modos de existência dessas estruturas: os dados ou características de tais estruturas estão inscritos “nas coisas” ou “no espírito”? Sem levar mais adiante o que a pergunta implica, os autores preferem não tomar partido nisso, preferem reduzir-lhe o custo e dizer que o conhecimento das estruturas semióticas poderia ser considerado como uma *descrição*, no caso em que tudo estivesse inscrito como “formas imanentes” (nas coisas) ou como uma *construção* se o mundo só pudesse ser estruturável “pelo espírito humano” (formas transcendentais?). Preferem essa redução a fazer a teoria semiótica ter de entrar numa “querela metafísica”. Podemos notar que

---

<sup>5</sup> A nosso ver essa oposição – que, pelos comentários acima, ganhou terreno fértil no sentido já comentado – vai referir-se aqui mais diretamente ao terceiro parágrafo do mesmo verbete, quando os autores se referem à categoria da veridicção (SER *vs* PARECER), para alocar o eixo da imanência ao esquema do /SER/ e o da manifestação ao do /PARECER/. Há aqui uma destinação extremamente *local* dessa oposição – ela não se aplica facilmente, a meu ver, às demais categorias: como opor imanência *vs* manifestação, por exemplo, no caso das modalidades deônticas ou das demais categorias? Por conseguinte não me parece que o conceito de imanência ganhe nessa oposição, direcionada à veridicção, um estatuto de maior talhe para entrar no rol das vertentes aqui em exame.

aqui se entreabre uma quarta região ou vertente em que o conceito de imanência se vê mergulhado: imanência vs ontologia (ou metafísica).<sup>6</sup>

### **Hipótese de trabalho: semiotismo imanente e epistemologia discursiva**

O que mais importa destacar para o presente exame é que, em meio a todas essas vertentes, definições, acepções ou mesmo entendimentos implícitos, quanto ao conceito de imanência, remanesce uma indicação de Hjelmslev que me parece ter passado despercebida e, por isso, não explorada. De fato, ficou firmado o princípio da imanência – ao longo de todo o primor sintético dos *Prolegômenos* – como preço a pagar por uma lingüística lingüística, ou lingüística imanente, desvencilhada de outros pontos de vista (biológicos, psicológicos, filosóficos), para arrancar seu segredo à linguagem, como vimos atrás. Ocorre que, no fim dessa aventura, vem completar o grande lingüista, imanência e transcendência se juntariam numa “unidade superior”, *fundada na imanência* para atingir o objetivo final – *humanitas et veritas*, são as derradeiras palavras da perspectiva final dos prolegômenos de sua teoria (1971a, p. 160).

Ora, nessa derradeira tarefa ou proposição imanentista de Hjelmslev, é possível vislumbrar uma nova vertente, melhor que isso, um novo programa de grande envergadura teórica, até hoje, a meu ver, inusitado. Se a primeira proposição, construída com a atitude acima explanada, fora a vertente *metodológica* que, ao que parece, veio sendo seguida em consenso pelos semioticistas, sobretudo com as fortes proposições greimasianas para evitar as atitudes *hors texte* – em que pesem as nossas dificuldades de defendê-la e de fazermos-nos entender sobre a sua heurística e legitimidade perante as disciplinas vizinhas – é possível extrair das derradeiras reflexões hjelmslevianas dos *Prolegômenos* um novo desafio, um novo programa de reflexão para a semiótica. Este teria por incumbência ir ao encaixo, ou tentar desenhar e conceitualizar a “unidade superior”, de que fala Hjelmslev, a qual governaria, *em imanência*, os dois parceiros, imanência e transcendência, na abordagem geral e final da linguagem. Noutros termos, o programa atrai a investigação não mais para o terreno da metodologia (imanente) ou da delimitação do cenário dos objetos a serem descritos (objetos imanentes), mas para aquele das posições de uma *epistemologia discursiva* (imanente), que a teoria teria a defender perante uma epistemologia científica e ontológica e uma filosofia eminentemente transcendental de cunho kantiano. E nisso, ela viria a dar mais fortes subsídios e argumentos às posições de Greimas (cf. acima) sobre o sujeito semiótico vs sujeito ontológico (ou metafísico).

A hipótese que pretendo levantar é que essa segunda vertente parece implicar um *semiotismo imanente*, como *a priori* de qualquer possibilidade de cognição/apreensão do mundo, portanto de cunho bem mais coativo do que as coerções da atitude metodológica de *descrição* dos objetos semióticos (nossas lides cotidianas) que subscrevemos em Hjelmslev e Greimas. A imanência teria, desta feita, de se ver e dialogar criticamente não propriamente

---

<sup>6</sup> No rol das vertentes pelas quais o conceito de imanência transita em semiótica caberia notar ainda uma quinta versão. Advém da sua utilização na dicotomia *imanência/transcendência*, não no sentido em que Hjelmslev a tomava (cf. a primeira vertente acima explanada), nem na última acepção sobre o sujeito semiótico greimasiano (*versus* suas implicações ontológicas ou metafísicas), mas numa localização eminentemente narrativa: trata-se de considerar o estatuto diferenciado entre o Sujeito narrativo e o Destinador. O cenário em que o sujeito desempenha seu percurso narrativo seria considerado como “universo imanente” por relação ao lugar “transcendente” do Destinador (GREIMAS, P. 182). Tal como no caso da veridicção, também aqui essa utilização da imanência é de abrangência bem localizada não parecendo constituir alguma questão a exigir atenção mais detida.

com disciplinas laterais, na horizontalidade (sociologia, psicologia, biologia...), mas argumentar, na verticalidade, com a “transcendentalidade” kantiana, tal como, por exemplo, veio recuperada e atualizada no pensamento de K. O. Apel . Vale a pena determo-nos um pouco nisso para dar-lhe um perfil inicial.

Num de seus cursos brilhantes no Brasil, nos anos 80 passados, Herman Parret (1983) chamava a atenção para um texto de Karl Otto Apel. O texto é reprodução de conferências tidas na Universidade de Yale em 1977 (cf. 1987). Filósofo alemão, parceiro intelectual de J. Habermas, ambos da Escola de Frankfurt, desde a década de 60 do século passado, Apel levanta e demonstra com rigor a proposição de que foram três os grandes paradigmas – ou três *prima philosophia* – que nuclearam toda a história do pensamento ocidental, isto é, regularam o imaginário científico e/ou filosófico dos principais pensadores. Sendo que as demais soluções filosóficas ou teórico-científicas intermediárias se alocariam neles, por referência a eles ou na composição e tensão entre eles, eis os paradigmas: a *Ontologia* (que reinou de Aristóteles a Descartes), a *Filosofia Moderna* (de Descartes a Husserl) e a *Semiótica* (a tomar impulso nos inícios do século XX, cujos patronos seriam Frege, Wittgenstein, Heidegger e Peirce).<sup>7</sup>

Nesse texto de forte matiz epistemológico, o filósofo Apel, pouco conhecido do âmbito da semiótica greimasiana, propõe que, de Aristóteles a Descartes, a ontologia permanecera durante muito tempo regulada pelo “ser”, pela existência e pela realidade como objetos *a priori* de toda reconstrução filosófica. Esse paradigma fica ‘superado’ pela filosofia moderna, a qual passa a vê-los, mundo e sujeito, como objetos da *cognição*, introduzindo o *a priori* de um *sujeito cognoscente* e de uma consciência auto-reflexiva. Por sua vez, superado pelo terceiro paradigma, da Semiótica – a maiúscula se impõe, porque não se trataria de nenhuma disciplina concretamente constituída mas como centralidade da questão da linguagem e do sentido (SEMA  $\approx$  sentido) – o novo paradigma supõe a seguinte atitude epistemológica de fundação: é a significação-no-discurso, ou a função de sentido, que se torna a *condição* daquilo que é possível saber quer seja sobre o ser (mundo) quer sobre o sujeito.<sup>8</sup>

Em outros dois livros do filósofo de Frankfurt, também da mesma época (1973), hoje traduzidos em português, *Transformação da filosofia I e II*, (2000), o autor reconhece que o século XX foi marcado por uma grande alteração da “problemática dos fundamentos da formação teórica e conceitual”:

De forma muito aguçada, poder-se-ia dizer que a “filosofia primeira” não é mais a investigação da “natureza” ou da “essência” das “coisas” ou dos “entes” (“ontologia”), nem tampouco a reflexão sobre as “noções” da “consciência” ou da “razão” (“epistemologia”), mas sim a reflexão sobre o “significado” ou o “sentido” de manifestações lingüísticas (“análise da linguagem”) (vol II, p. 378 – aspas do autor).

Depreende-se dessas e de outras reflexões suas, nos dois tomos, algo de profunda relevância. O autor reclama que o mundo da filosofia deveria assumir esse novo

---

<sup>7</sup> Herman Parret, único filósofo semioticista a referir-se às reflexões de Apel, até onde sei, inclui no rol dos patronos: Saussure, Hjelmslev e Greimas (1983).

<sup>8</sup> Apel e Parret procuram dar ao conceito de paradigma acepção um tanto distinta daquela de Kuhn, que o viu como « ruptura » ou « revolução ». A seu ver, a sucessão dos paradigmas da cognição humana implica uma intensificação progressiva da reflexão, em que o paradigma subsequente pode incorporar e « ultrapassar » (no sentido da *Aufhebung* hegeliana) o(s) precedente(s).

paradigma, isto é, pensar-se prioritariamente como “filosofia da linguagem”, mas com esse novo dado, inusitado: com o mesmo vigor, rigor e radicalidade teórica quanto Kant, Hegel e seguidores fizeram com a “filosofia da razão”.

Ora, já se passaram anos, talvez décadas, mais cruéis, em que o estruturalismo imanente de Hjelmslev, Greimas e seguidores foi quase nocauteado por golpes desconstrucionistas, modernistas e pós-modernistas, relativistas, desde a reflexão séria até golpes baixos de modismos passageiros, preconceitos mal fundados, ou desinformações adolescentes. Parece sina das teorias os seus “pontos de vista”, custosamente construídos, serem mergulhados em cenário de anamorfoses: quanto mais nítidos, sob sua perspectiva própria, mais monstruosos e deformados aparecem nas outras perspectivas. Seja como for, parece possível ver no horizonte, por certo com um pouco de recuo do olhar epistemológico, elevando o plano de leitura acima da planície das disputas mais imediatas de territórios cognitivos já enfeudados, uma oportunidade de trabalho na região dessa reivindicação de Apel. Uma reflexão mais detida, sistemática e informada sobre o ponto de vista de um *semiotismo imanente* pode aprumar-se para desenvolver, com a mesma radicalidade e extremidade cognitiva do idealismo kantiano ou hegeliano, esse terceiro grande paradigma do pensamento humano. Por que razões deveríamos deixá-lo apenas para a cabeça dos filósofos, quando quem sucedeu o trono do deus *Ovtoç*, usurpado depois pela deusa *Ratio*, teria sido ninguém menos que nosso desafio crucial de conhecimento, venerada rainha, a *Linguagem*?

E isso propiciaria uma fundamentação teórica de alto nível epistemológico para a sustentação da imanência da linguagem na conceitualização de todo e qualquer fato, ente ou fenômeno do mundo. Ela poderia ser uma alternativa, por um lado, ao *realismo* (ontologismo) – por vezes desatento e ingênuo em que recaem teorias que não estão advertidas do papel fundante da linguagem até mesmo nas antecâmaras do pensamento científico mais ‘duro’ (física, biologia) – sem correr o risco de, por outro lado, resvalar para formas de idealismos relativistas (propiciados por entendimentos canhestros da filosofia transcendental kantiana). A linguagem, o discurso e suas estruturas dariam o legítimo lastro, ao mesmo tempo *imanente* e *objetivo*, para a sustentação do paradigma. E o conceito importante de Greimas – “macro-semiótica do mundo natural” – seria naturalmente legitimado com maior peso argumentativo.

A proposta geral da hipótese, aqui desenhada, ou antes, o desafio teórico é disputar o lugar da semiótica transcendental de Apel – destilada em Peirce a partir de um ‘retorno a Kant’, sob o primado de uma filosofia da linguagem, e instalada no centro do terceiro grande paradigma regulador do imaginário teórico — para ver nesse lugar (de ‘honra’, por assim dizer) uma *Semiótica Imanente*, ou um *Semiotismo imanente* e, com isso, tentar elaborar as razões da “unidade superior”, onde imanência e transcendência seriam conciliadas, conforme os votos hjelmslevianos. O lugar de honra tem alto custo, é tarefa longa e teoricamente exigente para semioticistas. É o caso de deixá-la apenas a filósofos...?<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Num primeiro trabalho para defender a idéia de « semiotismo imanente », já publicado em co-autoria com Tiago Ravello, orientando de doutorado (2006), propusemos uma *experiência de pensamento*, sem grandes presunções, mas mesmo assim ao modo das famosas *Gedankenexperiment* dos físicos, para ilustrar o quanto a linguagem imprime ao real suas categorias a ponto de, sem aquela, este se desvanecer em um absoluto *nada* (saussuriano) ou em um *contínuo amorfo* (hjelmsleviano) e sem existência científica: um imaginário “olho quântico”, a rastrear o universo, não enxergaria nada, nenhum objeto, apenas um fluxo maciço de energia e, mesmo como tal, apenas inteligível se *nomeado* linguisticamente. A idéia final da experiência de pensamento, confrontada nos limites últimos da existência do real postos pela física quântica, nos obrigaria a reconhecer que contentar-se em ter uma concepção de linguagem como simples instrumento de transmissão ou de meio de representação do mundo é muito pouco perante o modo como ela *impõe* ao real as suas categorias, suas nomeações, mesmo quando pensamos poder fugir delas através de torneios como « a coisa *em si* », « o real bruto », « a ontologia da realidade », « ontologia do sujeito », enfim, coisas que existiriam independentes da

Em resumo, e para dizê-lo de forma crua e abrupta, pela hipótese do semiotismo imanente, ou imanência « superior » acenada por Hjelmslev, toda ‘verdade’ possível das coisas não está *na realidade*, como ontologia independente, nem na cabeça do sujeito, como *razão (transcendental)*, ainda que projetada coletivamente na comunidade dos cientistas, como *consenso de comunicação* – esta última é a posição da « semiótica transcendental » de Apel. Ela só poderia ser vislumbrada, não importa de qual modo, simplesmente *em discurso*, na imanência das estruturas de linguagem, espalhadas e distribuídas no conjunto dos discursos vazados nas mais variadas semióticas bem como ao longo da cronologia da sua história. A verdade possível do mundo e do homem, como produto histórico, só pode deixar-se ver como o « último compromisso » – expressão fabulosa que nos ofereceu o gênio de Saussure (2002, p. 209) – entre significado e significante *em discurso*. É com essas pinceladas iniciais que imagino ser possível defender a idéia de uma *epistemologia discursiva* (imanente) que possa rivalizar com a epistemologia científica vigente mais imperativamente desde o século findo e com a filosofia transcendental da razão que, desde Kant, mantêm-se como resistência ao ontologismo realista da ciência. A semiótica imanente pode jogar uma partida de grande valor heurístico nessa arena de alta importância teórica.

### Referências Bibliográficas

APEL, K. O. La sémiotique transcendantale et les paradigmes de la Prima Philosophia. In : **Révue de Métaphysique et de morale**, 92<sup>e</sup> année, n. 2. Paris : Armand Colin, p. 147-63, 1987.

\_\_\_\_\_. **Transformação da filosofia I e II**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HJELMSLEV, L. **Le langage**. Paris: Minuit, 1966.

\_\_\_\_\_. **Prolégomènes à une théorie du langage**. Paris: Minuit, 1971a.

\_\_\_\_\_. **Essais linguistiques**. Paris: Minuit, .1971b.

GREIMAS, A. J. **Sémantique structurale**. Paris: Larousse, 1966.

\_\_\_\_\_. **Du Sens : essais sémiotiques, I**. Paris: Seuil, 1970.

\_\_\_\_\_. L'énonciation. Une posture épistémologique. **Significação. Revista Brasileira de Semiótica n. 1**. Ribeirão Preto: CES, p. 9-25, 1974.

\_\_\_\_\_. **Du Sens : essais sémiotiques II**. Paris: Seuil, 1983.

GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. **Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage**. Paris: Hachette, 1979.

KANT, E. **Critique de la raison pure**. Paris: QUADRIGE/PUF, 1993.

PARRET, H. La sémiotique comme projet paradigmatique dans l'histoire de la philosophie. In ESCHBACH, A. & TRABANT, J. (eds). **History of semiotics**. Amsterdam/John Benjamins, p.

---

linguagem ou do discurso. A linguagem ou o discurso por certo *não cria* o mundo *ex nihilo*, mas uma vez em cena, o mundo está *recriado* à sua imagem e estrutura, portanto como semiotismo imanente.

371-85, 1993.

PETITOT, J. **Morphogenèse du sens I. Pour un schématisation de la structure.** Paris: Puf, 1985.

SAUSSURE, F. **Ecrits de linguistique générale.** Paris: Gallimard, 2002.